



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**POLLYANNA BRANDÃO BELFORT**

**Representações Sociais de Família e sua influência na prática de profissionais que atuam na Rede de Apoio a Crianças e Adolescentes Institucionalizadas.**

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2014**

**POLLYANNA BRANDÃO BELFORT**

**Representações Sociais de Família e sua influência na prática de profissionais que atuam na Rede de Apoio a Crianças e Adolescentes Institucionalizadas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sibelle Maria Martins de Barros.

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B428r Belfort, Pollyanna Brandão.

Representações sociais de família e sua influência na prática de profissionais que atuam na rede de apoio a crianças e adolescentes institucionalizadas [manuscrito] / Pollyanna Brandao Belfort. - 2014.

27 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2014.

"Orientação: Profa. Dra. Sibelle Maria Martins de Barros, Departamento de Psicologia".

1. Família. 2. Representação social. 3. Assistência social. I. Título.

21. ed. CDD 158

POLLYANNA BRANDÃO BELFORT

**Representações Sociais de Família e sua influência na prática de profissionais que atuam na Rede de Apoio a Crianças e Adolescentes Institucionalizadas.**

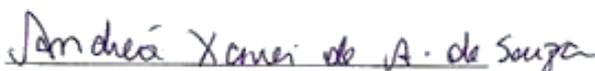
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel/Licenciado em Psicologia.

Aprovada em 20/02/2014.



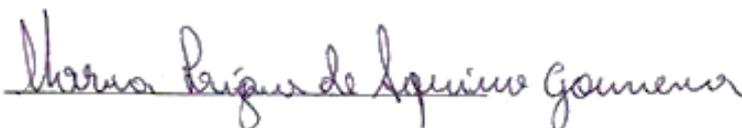
Profª Drª Sibelle Maria Martins de Barros / UEPB

Orientadora



Profª Drª Andréa Xavier de Albuquerque de Souza / UEPB

Examinadora



Profª Drª Maria Lígia de Aquino Gouveia/ UEPB

Examinadora

## **Representações sociais de família e sua influência na prática de profissionais que atuam na Rede de Apoio a Crianças e Adolescentes Institucionalizadas.**

BELFORT, Pollyanna Brandão.

### **RESUMO**

O objetivo do presente estudo foi identificar as representações sociais sobre família entre profissionais que integram a rede de apoio e assistência a crianças e adolescentes institucionalizadas e suas famílias. Participaram da pesquisa cinco sujeitos, membros de uma equipe multiprofissional, que trabalham dentro do campo da adoção e medida protetiva, em uma cidade do interior da Paraíba, sendo estes: juíza, promotor, assistente social, psicóloga e uma cuidadora e coordenadora do abrigo. Para a coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, realizada de forma individual. Os dados foram analisados a partir da proposta da análise de conteúdo temático-categorial, permitindo a construção de seis categorias. As análises revelaram a existência de duas representações de família: uma família caracterizada por conflitos e responsabilizada pelos problemas das crianças e adolescentes; e uma família harmônica, sem conflitos e problemas, ancorada no modelo nuclear burguês. Constatou-se que essas representações sociais guiam as ações dos profissionais que, por sua vez, baseiam-se na ideia de reestruturação familiar, conciliação e harmonização das famílias, desconsiderando a diversidade de arranjos familiares, estruturas e demandas dessas famílias. Alerta-se para a necessidade urgente de se refletir sobre os sentidos atribuídos a essas famílias, para que novas práticas surjam e colaborem para a efetivação das políticas públicas de assistência às famílias em situação de vulnerabilidade social.

**Palavras-chave:** representações sociais, família, assistência social.

## **1. INTRODUÇÃO**

O estudo das representações sociais de família vem crescendo e ganhando destaque na literatura científica nessas últimas décadas. As transformações ocorridas na família ao longo dos anos foram direcionadas principalmente às configurações, funções e papel desta instituição na sociedade, despertando paulatinamente o interesse de pesquisadores de diferentes áreas. Tendo em vista a relevância que este grupo social apresenta em todas as sociedades, ao longo dos tempos, sobretudo pelo reconhecimento de seu importante papel de proteção social, estudar a maneira como suas transformações e (re)configurações vem sendo percebidas pelos profissionais torna-se imprescindível para se compreender como suas práticas têm sido desenvolvidas e como elas contribuem para o bem-estar das famílias.

A crescente inserção da família no campo das políticas públicas revela a importância atribuída ao sistema familiar, por parte do Estado. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Art. 19 § 3º) Lei n.º 8.069/90 a família é enfatizada como lugar de destaque para a permanência da criança, tendo ocupado sempre, como destaca Miotto (2010), papel central na provisão de bem-estar. Essa grande valorização do contexto familiar faz emergir a necessidade de se refletir acerca dos sentidos e práticas relacionadas ao objeto social família, uma vez que eles terminam por subsidiar e viabilizar as políticas públicas de assistência social e conseqüentemente, as práticas profissionais.

Parte-se do pressuposto que as ações dos profissionais e técnicos que operam na área jurídica estão embasadas não apenas pelo conhecimento técnico adquirido ao longo de sua formação, mas também por representações sociais sobre vários objetos sociais, como a família. Dessa forma, os estudos sobre representações sociais da família podem nos ajudar a compreender os diversos significados atribuídos a família e as práticas profissionais que se articulam aos mesmos. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo identificar as representações sociais de família entre profissionais que fazem parte da rede social de apoio e assistência a crianças e adolescentes institucionalizadas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

## 2.1 FAMÍLIAS: CONTEXTOS E CONCEITOS

Por meio do estudo da história, é possível constatar os diferentes modelos e transformações pelas quais a família tem passado. A História nos possibilita compreender como se desenvolveu a educação sentimental e relacional nas famílias, em cada época específica e como, a partir das narrativas predominantes de cada tempo histórico, foram forjadas as subjetividades (GALANO, 2006).

De acordo com Ariès (2006), na Idade Média, as crianças, por volta dos sete anos, saíam de suas famílias e eram enviadas a outras famílias como aprendizes para servir os adultos por meio de atividades domésticas. Essa prática, considerada educativa e adotada por várias famílias, atrelava o serviço doméstico à aprendizagem. Dessa forma, a transmissão de conhecimento de uma geração a outra era garantida pela participação familiar das crianças na vida dos adultos. Vale salientar que, nesta época, a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Teixeira (2006) destaca que antes do séc. XVII o termo “família” era designado sem nenhuma conotação sentimental ou de cunho hereditário como hoje.

A partir do século XV e o início da Idade Moderna, algumas mudanças de mentalidade começam a ser construídas por meio de recriações do espaço familiar, que darão um novo sentido à intimidade (GALANO, 2006). Ariès (2006), destaca que os pais passaram a se preocupar mais com o cuidado aos filhos e não abandoná-los, mesmo que temporariamente, aos cuidados de outra família. Galano (2006) discute que entre os séculos XVI e XVII a criança conquista um lugar junto aos pais. Nesse processo, ocorrem significativas mudanças na atitude da família com relação à criança, principalmente no que diz respeito às relações afetivas entre pais e filhos.

No contexto que antecede à modernidade, Carneiro *et al* (2007) aponta para a predominância do modelo tradicional de família, hierárquica, patriarcal e caracterizada pela submissão da mulher e dos filhos ao homem. Galano (2006) destaca que a partir do séc. XVIII, com a Revolução Industrial, a família transforma-se em um grupo solitário de pais e filhos, caracterizada por seu caráter conjugal, nuclear e doméstica. Ela passa a ser observada como núcleo unificador dos valores morais e éticos da sociedade e com isso, a criança passou a ser cada vez mais valorizada e protegida.

O século XX ou Idade da Pós-modernidade foi cenário de grandes transformações nas estruturas familiares. Simionato e Oliveira (2003) assinalam que, em todo o mundo, o conceito de família nuclear e a instituição casamento passaram por transformações, assim como o modelo patriarcal de família, cuja configuração baseava-se na presença de um pai-provedor, de uma mãe-cuidadora e dos filhos nascidos da união entre eles. Como explica Carneiro *et al* (2007), a modernidade flexibiliza os papéis reinventando a família. Desta forma, um modelo diferenciado de família nasce juntamente com a moderna ideologia individualista e a nova família passa a ser pautada pela liberdade de escolha.

O final da década de 1960 foi marcado, de acordo com Galano (2006), por um aumento na instabilidade familiar e com isto, um crescente número de separações, divórcios e lares monoparentais. Surgem as diversas (re) configurações familiares como: as famílias reconstruídas, com filhos de diferentes casamentos, casais homoafetivos com filhos adotados legalmente, produções independentes, mães solteiras, dentre outras que caracterizam as famílias pós-modernas ou pluralistas (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003). Apesar dessas novas configurações, os modelos familiares tradicionais e contemporâneos coexistem na atualidade.

Segundo dados apresentados por Bernardi (2010), referentes à Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), realizada em 2004, há um grande percentual de crianças e adolescentes vivendo em famílias organizadas de modo diferente da família idealizada, composta por pai, mãe e seus filhos em comum. De acordo com Senna e Antunes (2003, apud Simionato; Oliveira, 2003), elevou-se o número de núcleos familiares compostos apenas por mulheres e seus filhos menores. Gueiros (2002), por sua vez, afirma que a ausência do pai, aumentando a responsabilidade da mãe no que diz respeito aos cuidados com os filhos, assim como o agrupamento de vários “núcleos” familiares num só, com condições mínimas de sobrevivência, são recorrentes nas famílias em situação de maior vulnerabilidade.

Os estudos com famílias mostram que os diferentes arranjos familiares podem ser encontrados em todas as classes sociais, porém, Sousa *et al* (2007) destaca a dificuldade em ajudar as famílias em situação de pobreza e aponta para a necessidade de repensar as formas de intervir com elas, a partir da compreensão de seu funcionamento. Em decorrência, haveria a reformulação de estratégias de intervenção e de políticas que organizam os apoios disponíveis as mesmas. O autor ainda aponta que nas famílias

pobres e nos seus sistemas de apoio existe um padrão subjacente que as organizam, apesar da aparência desorganizada.

As famílias pobres estão também envolvidas por múltiplos problemas graves como: negligência, alcoolismo, delinquência, maus tratos, violência doméstica, abuso sexual, etc., que afetam vários elementos da família. Ressalta-se, entretanto, que esses problemas não são exclusivos às famílias com poucos recursos financeiros.

Santos e Oliveira (2006), distinguem as famílias pobres das demais, no tocante aos traços de privacidade e intimidade, explicitando que nas famílias mais pobres, as relações familiares geralmente não se limitam ao universo do lar, mas expandem-se para fora dele, podendo alcançar outras redes, que nem sempre são de parentesco. Desta forma, as autoras apontam que essas famílias possuem uma estrutura, uma dimensão social e simbólica, um tipo de relação e moralidade, próprias e singulares.

Desta maneira, para que desenvolva um trabalho adequado e eficaz junto às famílias, é necessário que os profissionais tenham uma compreensão do contexto no qual se inscrevem suas práticas e apreendam as famílias em suas múltiplas configurações, formas de organização e particularidades. É importante que seja considerada a multiplicidade de arranjos e fenômenos familiares, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, que considera o sujeito imbricado em seu contexto social, político e familiar.

Mesmo com todas as transformações que a família passou e vêm passando em seu modelo, estrutura, papel e configurações, Santos e Oliveira (2006) ainda apontam que ao pensar a família, dificilmente as pessoas se perguntam de qual família se está falando. Ainda segundo as autoras, persistem no senso comum e entre profissionais ideias românticas de harmonia, responsabilidade, amor e compreensão como definidoras da família. Desta forma, do ponto de vista das representações sociais, parece existir um padrão de família ideal, vinculado à família nuclear burguesa, desconsiderando que a ideia de que família diz respeito a uma construção social e, portanto, não existe um único modelo ideal ou correto.

## 2.2 A FAMÍLIA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No final da década de 1980 e início da década de 1990, tanto com a promulgação do ECA quanto das políticas públicas de assistência as famílias, o Estado passa a apresentar maior responsabilidade e deveres com relação a provisão do bem estar e assistência à crianças e adolescentes, assim como as famílias destas. Como aponta Cariaga (2013), a família aos poucos vai sendo entendida como sujeito político, como uma instituição que tem lugar na sociedade e um papel fundamental na vida daqueles sujeitos que ainda estão em formação.

O reconhecimento da importância da família no contexto da vida social está explícito no artigo 226, da Constituição Federal do Brasil, que declara a família como base da sociedade e que tem especial proteção do Estado, endossando assim, o artigo 16, da Declaração dos Direitos Humanos, que traduz a família como sendo o núcleo natural e fundamental da sociedade e com direito à proteção da sociedade e do Estado (PNAS, 2004). Tal reconhecimento se reafirma nas legislações específicas da Assistência Social.

De acordo com Cruz e Guareschi (2010), desde a Constituição Federal de 1988, até a atual implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a família tem sido priorizada e colocada como diretriz das políticas de atendimento. As autoras explicam que o nascimento dos direitos sociais no século XX é resultado das lutas enfrentadas pela classe trabalhadora desde meados do século XIX e que estes direitos referem-se ao atendimento das necessidades humanas básicas, como alimentação, habitação, assistência, saúde, educação, ou seja, a um mínimo de bem-estar econômico e segurança.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004), a família é considerada como um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Portanto, as famílias têm função primordial e central no âmbito das ações públicas, principalmente aquelas que sofrem com as fortes pressões advindas da exclusão socioeconômica e cultural, que acentua suas fragilidades e contradições.

Neste sentido, a efetivação dos direitos está atrelada a intervenção do Estado, sendo a política pública, a resposta do Estado frente às demandas que emergem da sociedade, caracterizando-se como um direito coletivo. Cabe, portanto, às políticas públicas de

assistência social trabalhar o resgate da família como espaço de proteção, atuando em suas fragilidades para garantir o direito à convivência familiar e comunitária.

Para Veronese (1999, apud Cruz; Guareschi, 2010), política pública é um conjunto de ações, formando uma rede complexa, endereçada sobre precisas questões de relevância social e que objetivam a promoção da cidadania. Por outro lado, Cariaga (2013) aponta que as políticas sociais e ações públicas têm se mostrado fragmentadas e segmentadas, assim como, marcadas pelo seu caráter elitista, assistencialista e tutelar, legitimando o autoritarismo e a subalternidade. A autora sublinha a necessidade de criar condições de proteção social da família, para que estas possam exercer a sua função social independente de sua constituição ou classe social.

Desta forma, um novo paradigma vem sendo construído, como é exposto por Zomignani e Meneses (2012), que apontam para a promoção dos direitos das minorias, a ascensão do pensamento ecológico, das visões e práticas de saúde, educação e produção integrais, as campanhas, fundações e ONG's, as equipes de trabalho transdisciplinares, transprofissionais e transinstitucionais, como novas práticas que vem estruturando o pensamento sistêmico e o trabalho em rede. Torna-se necessário, constituir uma forma organizacional mais dinâmica, articulando as diversas instituições envolvidas.

Nessa perspectiva, a PNAS (BRASIL, 2004) preconiza a superação da fragmentação nas práticas, tendo em vista a concepção da política de assistência social em rede. Desta forma, trabalhar em rede, significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização. Torna-se mister olhar para a realidade considerando os novos desafios emergidos do cotidiano, caracterizado por múltiplas formatações que exigem o enfrentamento das situações de forma integrada e articulada.

De acordo com o paradigma sistêmico, não é mais possível desprezar as possibilidades de atuação que se abrem com a perspectiva da articulação entre as redes de apoio social. De acordo com Feijó (2006), em geral uma rede exerce várias funções ao mesmo tempo, devendo ser levado em consideração no trabalho com pessoas, que funções têm aquela rede para elas naquele momento. A autora aponta ainda para a importância das redes pessoais em momentos de crise tanto dos indivíduos quanto das famílias. Sluzki (1997) destaca que uma rede social pessoal estável, sensível, ativa e

confiável é geradora de saúde. Explica ainda que a rede social inclui todo o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito: família, amigos, relações de trabalho, estudo, inserção comunitária e de práticas sociais.

Ao estudar as famílias, sobretudo as caracterizadas por serem socialmente vulneráveis ou em situação de risco, é necessário voltar o olhar para as redes sociais com as quais essas famílias interagem, trocam experiências e constroem suas identidades, como por exemplo, as redes de apoio que prestam assistência a estas famílias com necessidades específicas. Feijó (2006) esclarece que uma das funções mais importantes do trabalho sistêmico, é possibilitar a reflexão sobre o relacionamento com as redes significativas e principalmente avaliar o potencial de apoio que cada uma tem, repensando a relação com elas, no sentido de alcançar o apoio esperado ou necessário.

Desta forma, cabe ao poder público conferir unidade aos esforços sociais a fim de compor uma rede socioassistencial, rompendo com as práticas das ajudas parciais e fragmentadas, caminhando para direitos a serem assegurados, de forma integral e qualificada, conforme esclarece a PNAS (BRASIL, 2004).

Para que o trabalho em rede voltado às famílias seja concretizado, os atores sociais que atuam no campo da assistência social devem compreender o sistema familiar na sua complexidade. Destarte, os fenômenos familiares envolvem diferentes aspectos e processos que precisam ser considerados. Há de se considerar, por exemplo, os contextos nas quais as famílias estão inseridas, forjando suas dinâmicas.

Diante disso, conhecer as representações sociais sobre famílias entre os profissionais e técnicos que atuam na assistência social, especificamente no que diz respeito ao contexto de abrigamento de crianças e adolescentes, torna possível compreender as práticas voltadas às famílias e seus membros, bem como perscrutar até que ponto a perspectiva sistêmica e psicossocial, que orienta as diretrizes e propostas da PNAS, estão sendo assimiladas pela equipe. Acredita-se que profissionais que não reconhecem e legitimam a complexidade inerente às famílias brasileiras, dificilmente realizará sua atuação baseada na proposta de rede socioassistencial.

### 2.3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Conforme Santos (2005), a representação social é uma forma de conhecimento que se caracteriza por ser compartilhado, articulado e que se constitui como uma teoria leiga a respeito de determinados objetos sociais. Esse tipo de conhecimento é produzido no senso comum, originado de interações e práticas sociais. A teoria das representações sociais, por sua vez, refere-se a um modelo teórico, um conhecimento científico que visa compreender e explicar a construção desse conhecimento leigo, ou em outras palavras, dessas teorias do senso comum. Dessa forma, a teoria das representações sociais visa compreender o fenômeno das representações sociais. De uma forma geral, pode-se dizer então que a proposta básica do estudo da representação social é a busca de compreensão do processo de construção social da realidade (SANTOS, 2005).

Segundo Moscovici (2012) as Representações Sociais, caracterizam-se como sistemas de valores, ideias e práticas, com a dupla função de possibilitar as pessoas a se orientarem e controlarem o mundo material e social. Além disso, elas viabilizam a comunicação, nomeação e classificação de vários aspectos do mundo individual e social. Assim, existe uma necessidade contínua de re-construir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade pode operar. Segundo Moscovici (2012), o propósito de todas as representações é tornar algo não familiar em familiar. Elas emergem não apenas como um modo de compreender um objeto particular, mas também como uma forma em que o indivíduo ou grupo adquire uma capacidade de definição e uma função de identidade.

Santos (2005) explicita que a concepção de sujeito, proposto por Moscovici, é de um sujeito ativo no processo de apropriação da realidade objetiva, ou seja, um construtor da realidade social ao mesmo tempo que é por ela construído. De acordo com Abric (2000), toda realidade é reapropriada e reconstruída pelo indivíduo ou grupo, sendo integrada no seu sistema de valores, de acordo com os fatores históricos, ideológicos e o contexto social que o cerca.

O primeiro mecanismo necessário para a construção das representações é a ancoragem, que segundo Santos (2005), caracteriza-se pela inserção do objeto num sistema de pensamentos preexistentes, estabelecendo uma rede de significações em torno do mesmo. Moscovici (2012) assinala que este processo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns e colocá-las em um contexto familiar. O objetivo do processo de objetivação, por sua vez, consiste em transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico, ou seja, permite tornar concreto o que é abstrato, transformando-o em um conceito, em uma imagem.

Jodelet (2001) explica a representação social como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Vala (2004), por sua vez, destaca a relação do sujeito com um objeto social e aponta que esta relação envolve uma atividade de construção e de simbolização.

Abric (2000) ressalta o aspecto funcional das representações sociais, uma vez que permitem ao indivíduo ou ao grupo dar sentido às suas condutas e compreender os objetos sociais através de seu próprio sistema de referências. O autor especifica quatro funções essenciais das representações sociais: A função de saber, que permite compreender e explicar a realidade através de conhecimentos adquiridos e integrados ao funcionamento cognitivo e valores dos grupos sociais; A função identitária que permite a elaboração de uma identidade social e pessoal, compatível com o sistema de normas e de valores sociais, historicamente determinadas; A função de orientação, que permite guiar os comportamentos e as práticas, orientando condutas em determinadas situações e, por fim, a função justificadora, que permite aos sujeitos justificar as tomadas de posição e os comportamentos, avaliando suas ações e condutas em determinada situação.

Existe uma tipologia das representações sociais que as distinguem enquanto hegemônicas ou coletivas, emancipadas e polêmicas. De acordo com Vala (2004), as representações sociais hegemônicas designam formas de entendimento e significados largamente partilhados por um grupo fortemente estruturado, são uniformes, indiscutíveis e coercivas; as representações sociais emancipadas resultam da troca de significados diferentes sobre um mesmo objeto e reflete a cooperação entre grupos; já as representações sociais polêmicas, são determinadas pelas relações antagonistas ou de diferenciação entre grupos sociais e refletem pontos de vista exclusivos sobre um mesmo objeto.

O objeto “família”, apesar de não ser um objeto novo na sociedade, é passível de ser trabalhado no contexto das representações sociais, por ser relevante socialmente e por apresentar caráter polimorfo, ou seja, assumir diferentes formas para cada contexto social. Desta forma, visto que as representações sociais têm como função orientar e guiar comportamentos e práticas sociais (inclusive profissionais) e sendo a família um objeto social possível de gerar representações sociais, tendo em vista sua relevância no campo da assistência social, pretendeu-se identificar as representações sociais de família

entre profissionais que compõem a rede de apoio e assistência a crianças e adolescentes institucionalizados, em uma cidade do interior da Paraíba.

### **3. REFERENCIAL METODOLÓGICO**

Esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa. A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões e, de acordo com Richardson (1999), é a mais adequada para compreender a natureza de um fenômeno social.

Participaram da pesquisa cinco membros da equipe multiprofissional que trabalham na promoção da assistência e apoio às crianças e adolescentes, em situação de abrigo e com famílias em uma cidade do interior da Paraíba. Neste caso, não houve um cálculo amostral, ou seja, uma amostra a ser retirada da população, visto que nesta cidade havia três profissionais ligados ao âmbito legal – jurídico, quais sejam: a juíza, o promotor e a defensora pública (que se recusou a participar da presente pesquisa), dois profissionais ligados ao aspecto psicossocial - a psicóloga e a assistente social - e um profissional incumbido de cuidar das crianças na Casa de Acolhimento que também é coordenadora desta. Esta população caracterizou-se, portanto, como uma amostra de conveniência (GIL, 2008).

Para a realização do estudo foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, realizada individualmente, nos locais de trabalho dos participantes, de acordo com suas disponibilidades e consentimento.

Os relatos foram transcritos integralmente e analisados a partir da proposta de análise de conteúdo temático-categorial (OLIVEIRA, 2008; FRANCO, 2008). Tal proposta refere-se a procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdos da mensagem. Após a transcrição, as entrevistas são submetidas à análise seguindo alguns passos. Primeiramente o texto é separado por unidades de registro, no caso dessa pesquisa, escolheu-se as frases dos sujeitos. Por meio da análise das unidades de registro foram construídos códigos e posteriormente estes foram agrupados de acordo com similaridades de sentidos, formando as subcategorias e categorias.

Este estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, obtendo o cadastro (CAAE

0435.0.133/2012). Foram seguidos os princípios éticos propostos na Resolução 196/96 que regulamentam a pesquisa com seres humanos no Brasil.

#### 4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a análise dos resultados, foi possível identificar seis categorias: 1. Conceito de família; 2. Família real x família ideal; 3. Percepção das reações das famílias frente à medida protetiva; 4. Trabalhos de assistência às famílias (existentes e que deveriam existir); 5. Destituição do poder familiar; 6. Papel do Estado na assistência às famílias.

Na categoria (1), a família é conceituada por todos os profissionais como a base de tudo. Além dessa ideia consensual, ela é definida principalmente por suas funções, tais como: garantir os direitos das crianças, educar e formar futuros cidadãos - de acordo com princípios éticos, morais e religiosos - preparar para a vida, orientar e disciplinar. É explicitado ainda, como papel dos pais, a transmissão de afeto, doação, dedicação e apoio às crianças. De acordo com os seguintes relatos:

*Para formar um bom cidadão, é fundamental o apoio da família. / A família, como a nossa constituição diz, é a base de tudo, tudo (Juíza).*

*A formação do ser humano começa na família, ela tem o papel de educar para a cidadania e fundamentar as crianças através de princípios morais, éticos, sociais e religiosos (Assistente Social).*

*Na família deve haver integração, afetividade e auxílio entre os membros para que possam crescer juntos. / Na família estruturada, tudo flui bem, os filhos progridem, há um desenvolvimento normal e natural (Promotor).*

A categoria (2), família real x família ideal diz respeito à visão dos profissionais sobre as famílias com as quais lidam no seu dia-a-dia e as famílias idealizadas. No que diz respeito às famílias reais, constatou-se que os profissionais as consideram desestruturadas, conflituosas, sem recursos materiais e desprovidas de afetividade. A questão da “desestruturação familiar” foi associada à pobreza, aos problemas conjugais, aos rearranjos familiares, ao uso de álcool e drogas, ao divórcio e à falta de amor e cuidado.

Um outro ponto a ser destacado diz respeito à culpabilização da família, quando responsabilizam os pais por possíveis problemas que as crianças ou adolescentes venham a desenvolver no presente e no futuro, como condutas anti-sociais, rebeldia e problemas escolares. Segundo essa lógica da culpabilização, a existência de problemas nos filhos relaciona-se à falta de estrutura familiar, ao despreparo das mães para educar e impor limites aos filhos e à ausência do pai nessas famílias. Os participantes acreditavam também que o futuro dessas crianças dependia dos valores transmitidos pelos pais.

*A figura paterna está desaparecendo e muitas famílias são chefiadas por mulheres, muitas das quais não têm autonomia sobre o filho, que acaba tornando-se problemático por isso. / Se chega uma criança ou adolescente com queixas ou problemas, o problema está na família (Assistente Social).*

*Famílias deveriam ser estruturadas, mas não são por conta da droga, do alcoolismo e do divórcio. Os pais se queixam dos problemas dos filhos, mas os filhos são vítimas do meio em que vivem (Psicóloga).*

*Não existe amor e nem estrutura familiar nas famílias biológicas (das crianças institucionalizadas). Os pais apresentam descaso em relação a carinho, assistência e até mesmo alimentação das crianças (Coordenadora da Casa de acolhimento).*

Uma vez indagados sobre como deveriam ser as famílias, os profissionais fizeram menção a características como afeto, estrutura e disciplina, assim como a convivência harmônica entre seus membros. Percebe-se que eles, nesse caso, fazem menção a uma família ideal.

*A família ideal seria aquela onde não houvesse conflitos, as pessoas convivessem harmonicamente e fosse dada assistência necessária aos filhos menores (Promotor).*

*A base e alicerce de uma família é o amor. Quem ama deve cuidar e proteger (Coordenadora da Casa de Acolhimento).*

No que diz respeito à categoria (3), percepção das reações das famílias frente à tomada das medidas protetivas, os dados indicaram haver três situações: famílias que não se importam e sentem-se aliviadas com a retirada da criança; as que não concordam com a tomada da medida e brigam na justiça (muitas apresentando comportamentos de agressividade) e as famílias que se arrependem de suas atitudes de negligência e pedem uma nova chance para ficar com a criança.

De acordo com a juíza, por exemplo, em casos em que os pais não querem ficar com as crianças por falta de condições financeiras, a equipe tenta integrar a família aos programas assistenciais e a rede é acionada para que a criança não seja retirada de suas famílias. Ela ainda afirma que, em casos de arrependimento, os pais são encaminhados para a defensoria pública para que seja feito o requerimento, pois de acordo com a mesma, é direito dos pais terem uma segunda chance. Os profissionais explicam que a medida protetiva só é tomada em casos extremos como negligência e abuso ou se o menor estiver em situação de risco. Tal fato revela que a permanência da criança na família é uma prioridade para os profissionais.

Importante ressaltar que, em quase todas as entrevistas, os participantes fizeram menção ao alívio ou indiferença das famílias frente à aplicação da medida protetiva. Com relação aos motivos pelos quais os pais brigam para não perderem a guarda dos filhos, foram destacados dois: o amor aos filhos e o medo de perder os benefícios do governo.

*No geral as famílias não regem bem frente à destituição, algumas procuram advogados, lamentam-se e outras partem para ataques físicos ou ameaças e existem também muitas promessas de que vão mudar. Em ultimo caso é que é tomada a providência da retirada da criança da família (Assistente Social).*

*Muitas vezes a retirada da criança do seu lar é um favor para os pais, que não querem ter responsabilidade sobre elas (Psicóloga).*

*Ninguém pode ter seus filhos retirados de maneira abrupta, sem direito de defesa. É direito dos pais uma segunda chance (Juíza).*

Com relação à categoria (4), trabalhos de assistência às famílias desenvolvido pela equipe, não houve consenso entre os participantes. Alguns alegavam a existência de um trabalho com as famílias enquanto outros afirmavam não existir um trabalho sistemático com as mesmas.

*Tem uma equipe multidisciplinar que atua junto ao juizado durante os processos fazendo acompanhamentos, emissão de relatórios, visitas domiciliares e tentam buscar juntos uma harmonização nessas famílias. / Fazem um trabalho antes e durante o processo para evitar a retirada das crianças de suas famílias. / Não existe um trabalho formal voltado às famílias das crianças institucionalizadas (Promotor).*

Conforme destacado na fala do promotor, percebe-se uma incongruência no tocante aos trabalhos de assistência voltados as famílias. Dentre as ações existentes, certos entrevistados destacaram as orientações aos pais com relação aos cuidados que

devem ter com as crianças, como importantes para que possa haver a reinserção familiar. De acordo com os relatos, em alguns casos os profissionais conseguem alcançar o objetivo da reinserção das crianças em suas famílias, em outros não, principalmente em casos mais graves como de abusos sexuais e violências.

Os profissionais que afirmam haver um trabalho com as famílias alegam que existem acompanhamentos, observação da família e emissão de relatórios ao juizado. Também apontam que os serviços de assistência psicossocial ocorrem apenas quando existe interesse por parte das famílias. Alguns profissionais destacam ainda que muitas famílias não têm interesse e não procuram os serviços.

*A equipe tenta uma reaproximação da família das crianças institucionalizadas, mas geralmente não conseguem devido a sua desestruturação ou falta de interesse (Assistente Social).*

*Só depois que a criança em situação de vulnerabilidade é retirada do lar é que a equipe faz um trabalho psicossocial com os pais, se eles quiserem (Psicóloga).*

*As famílias não procuram assistência psicológica. A psicóloga fica de prontidão, se propõe a receber, mas são poucos que procuram a assistência psicológica (Juíza).*

Os profissionais apontam como necessária a existência de um trabalho mais estruturado a ser realizado com as famílias antes da tomada da medida protetiva, no intuito de evitar tantos casos de institucionalização. Ademais, assinalam a importância da integração e articulação entre as demais redes à equipe do fórum e relatam as dificuldades que existem no funcionamento de serviços públicos como CRAS e CREAS que não oferecem um suporte adequado às famílias, causando uma sobrecarga ao judiciário.

*Falta trabalho estruturado com as famílias das crianças antes da realização da medida protetiva. / Deveria haver uma rede sócio assistencial efetiva e completa para trabalhar junto à equipe do fórum (Assistente Social).*

*Seria necessária a realização de trabalhos com as famílias, de apoio, assistência, acompanhamento psicológico, suporte, recuperação e reestruturação familiar devido ao abalo da retirada da criança da família (Promotor).*

*Uma possibilidade de trabalho a ser feito com as famílias que deixam a criança em situação de vulnerabilidade, seria a convivência dos casais desestruturados com uma família de responsabilidade (Psicóloga).*

Dentre os profissionais entrevistados, a assistente social, a psicóloga e o promotor percebem sua atuação profissional como sendo de grande relevância para as famílias, porém não explicam ao certo qual a importância, nem como ocorrem suas práticas.

Na categoria (5), destituição do poder familiar, todos os profissionais ligados à equipe psicossocial, juizado e promotoria defendem que a criança deve permanecer na família de origem, sendo implementada a medida de destituição do poder familiar apenas em último caso, quando o ambiente familiar apresenta risco à integridade da criança (casos de negligência, abuso e falta de estrutura familiar).

Para duas entrevistadas, a situação econômica não se configura como motivo para a retirada das crianças das famílias. Contudo, também foi informado que todos os casos de destituição na comarca em questão estavam relacionados a famílias de classe baixa. Percebe-se ainda uma contradição na fala dos profissionais que por um lado enfatizam que a pobreza não é motivo para a destituição do poder familiar, apontando como motivo principal para tomada de tal medida a desestruturação familiar, Mas, por outro lado, relacionam a desestrutura familiar a questões socioeconômicas. Pode-se pensar então que embora a questão econômica influencie fortemente o processo, ela não pode ser o único fator para a destituição familiar.

*Existe um pensamento em comum da equipe (juizado e promotoria) quanto à prioridade da permanência da criança na família de origem. / Pobreza não é motivo para a retirada de crianças dos lares. / A desestruturação é provocada por fatores ambientais e socioeconômicos (Assistente Social).*

*A criança só é retirada de seu lar em casos urgentes, em que há drogas e bebida no ambiente em que se encontra. / Pobreza não é motivo para retirar a criança do seu lar (Psicóloga).*

Quanto à categoria (6), papel do Estado na assistência às famílias, todos os profissionais destacam sua importante função, porém apontam sua ausência e omissão diante do cumprimento de seu dever. Afirmam que o poder público não proporciona boas condições e assistência às famílias, o que contribui para a situação de vulnerabilidade social e sobrecarrega o trabalho do judiciário.

É importante destacar que nenhum profissional, ao falar sobre as famílias, fez menção ao Estado. Apenas quando questionados sobre o papel do mesmo, eles discorreram sobre suas funções na atenção e assistência às famílias.

*O Estado é ausente e omissivo e o primeiro culpado dos problemas sociais (Assistente Social).*

*Há necessidade de mais ajuda e acompanhamento efetivo do poder público (Psicóloga).*

*Os principais problemas sociais que afetam as famílias que tem a guarda da criança retirada são problemas de governo (Coordenadora da Casa de Acolhimento).*

#### 4.1 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados revelou a existência de duas representações sociais de família a partir de dois objetos: a família do cotidiano com as quais os sujeitos trabalham e a instituição família.

A instituição família é representada principalmente pelos elementos: estrutura, afetividade, harmonia e disciplina. Assim, os discursos dos profissionais denotam uma ideia romântica e idealizada de família, ancorada em um modelo de família nuclear burguês. Como campo representacional do objeto família, os sujeitos recorrem ao modelo hegemônico de família: a família nuclear da Idade Moderna. Essa representação de família caracteriza-se como hegemônica por estar arraigada na nossa sociedade e por ter elementos comuns a outros estudos sobre representações sociais de família.

Os profissionais estruturam seus discursos e práticas com base nesse modelo idealizado e negligenciam as histórias, dinâmicas e contextos que caracterizam as famílias “reais”. Suas falas configuram a família como um grupo ideal, estruturado, harmônico, com os dois genitores presentes, e suas funções associadas à transmissão de valores morais, éticos, religiosos e afetividade. A ausência de qualquer um desses requisitos pode, por si só, levar à classificação das famílias como problemáticas.

As representações sociais implicam diretamente nas práticas profissionais. No caso dessa pesquisa, embora tenha sido possível identificar duas representações, a representação social de família ancorada no modelo burguês parece guiar as condutas profissionais. É possível perceber esse fato quando os sujeitos relatam que em suas práticas buscam a harmonização, a reconciliação e a estruturação das famílias. Além disso, o pensamento comum de que “a criança tem que ficar com a família”, denuncia a idealização e romantismo na concepção de família.

É possível perceber, quanto à conceituação de família, que os profissionais parecem desconsiderar as transformações que esta instituição tem passado ao longo dos anos, bem como os diferentes arranjos familiares provenientes das mudanças histórico-culturais. Os profissionais representam as famílias com as quais trabalham a partir de elementos como: vulneráveis, conflituosas e desestruturadas. Contudo, conforme explica Lane (1984), os conflitos, bem como outras adversidades, são inerentes a todos os grupos, inclusive aos grupos familiares. Esquecem que o que caracteriza a família como um grupo promotor de saúde e proteção não é a sua composição e nem a ausência de conflitos, mas sim a forma de lidar com os problemas que surgem e a qualidade das relações.

De acordo com Koller *et al* (2012), até recentemente, a família aparecia como principal e único sistema ecológico de orientação dos indivíduos. Sua configuração era baseada na presença de um pai-provedor, de uma mãe-cuidadora e dos filhos nascidos da união entre eles. Assim, a função de proteção e cuidado, ao longo de seu desenvolvimento no ciclo vital, eram tarefas fundamentais dos pais, que eram responsáveis por todas as consequências no desenvolvimento dos filhos.

Como discute Bernardi (2010), a família em situação de pobreza tem experimentado uma crescente diminuição de sua capacidade de proteger seus membros, assim como na criação, educação e garantia de direitos dos quais são titulares. O autor ainda destaca que o cuidar tem sido tarefa muitas vezes impossível de ser cumprida pelas famílias submetidas a condições de vida precárias, sem garantia de alimento, moradia, trabalho, assistência à saúde, escolaridade e demais serviços que proporcionem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo.

Koller *et al* (2012) argumenta que muitos estudos têm explorado a pobreza como um fator de risco potencial no desenvolvimento pessoal. A autora explica ainda que a situação de pobreza torna a todos vulneráveis, mas, mesmo em tais condições, a possibilidade de superação pode ser contemplada. Assim, é importante que se reflita sobre os processos de resiliência dessas famílias, no que diz respeito a ter cautela, para não culpar aqueles que sucumbem à adversidade por carecerem de atitudes corretas, especialmente quando estão enfrentando condições opressivas além do seu controle, conforme aponta Walsh (2005).

Como já comentado, existe uma valorização do grupo familiar, considerado lugar de prioridade para a permanência das crianças e adolescentes. Entretanto, essa valorização tem como base um modelo de família idealizado, dificilmente de ser

alcançado no cotidiano. A ideia de que a criança e o adolescente devem permanecer prioritariamente na família de origem parece estar ancorado no discurso da Lei n. 12.010/09, do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e do (ECA Art. 101, § 1º), que preconiza o acolhimento institucional como medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. Entretanto, a visão romântica e idealizada de família, reforçada pelos documentos de referência da Assistência Social, parece desconsiderar a articulação entre processos psicossociais e familiares que causam sofrimento ou dificuldades com as quais se deparam todos os membros das famílias.

Santos e Oliveira (2006), apontam uma dicotomia com relação à representação da família. Segundo as autoras, por um lado, a família é pensada como palco de conflitos, que apresenta riscos e é culpabilizada por problemas que as crianças e adolescentes venham a desenvolver no futuro, por outro lado ela é enaltecida como base da sociedade e local de prioridade para a permanência destas crianças. Tal controvérsia também pode ser percebida no discurso dos sujeitos desta pesquisa.

Percebe-se, com os resultados, que a volta das crianças ao lar é decidida com base na constituição e de acordo com a vontade das famílias em questão, já que elas tem o poder de decisão sobre ficar com as crianças ou não. Além disso, parece existir por parte dos profissionais uma atitude positiva em relação a volta das crianças para casa e por isso, enfatizam que a destituição do poder familiar ocorre apenas “em último caso”.

Esse fato remete a duas possíveis questões que merecem ser refletidas. Primeiramente a atitude positiva dos profissionais em relação ao retorno da criança pode levá-los a desconsiderar os riscos existentes que a criança ou adolescente pode se deparar. Uma segunda questão dirige-se à frequente negligência dos desejos e dificuldades das crianças, fato que culmina na inexistência de um trabalho sistemático dirigido as mesmas.

A vontade das crianças parece ser desconsiderada, apesar do ECA alegar que estes atores sociais devem ser vistos como sujeitos de direitos. Dessa forma, há um descompasso entre as práticas profissionais e o que é preconizado pelo estatuto. Bernardi (2010) assinala que as práticas sociais atuais tendem a sustentar relações assimétricas entre adultos, adolescentes e crianças, geradas por diferenças de idade, tamanho e força, apresentando com isso uma desigualdade de poder.

Serrano (2008, apud Lira, 2012) alerta que as crianças abrigadas são, muitas vezes, consideradas como meras espectadoras das decisões e ações sobre suas vidas, tomadas por profissionais que decidem com quem e como viverão. O autor alerta para a necessidade de um olhar mais sensível entre os profissionais, voltado às crianças, oferecendo a estas de fato o direito de serem sujeitos ativos nas decisões de suas próprias vidas. Nessa dinâmica simbólica, as crianças são representadas como vítimas e suas famílias como algozes, denotando uma relação simplista de causa e efeito, que merece ser repensada.

Com relação às práticas profissionais voltadas às famílias das crianças institucionalizadas, é possível perceber a inexistência de um trabalho formal, concreto e sistematizado. Os profissionais relatam que existe uma falta de interesse das famílias em buscarem assistência, mas, por outro lado não explicam bem quais serviços são ofertados. Percebe-se ainda uma controvérsia com relação à inserção dos profissionais ligados a assistência psicossocial na comunidade.

Por um lado, alguns profissionais afirmam que existem acompanhamentos às famílias como, por exemplo, visitas domiciliares. Contudo, como foi exposto nas entrevistas, a equipe espera que a família tenha iniciativa em procurar ajuda e expõem que, em alguns casos, há necessidade de intervenção do oficial de justiça para encaminhar as famílias para a psicóloga, gerando uma imprecisão quanto a participação e inserção dos profissionais na comunidade e demonstrando também, que a assistência psicológica está fixada em um modelo clínico de ajuda. Esse fato corrobora com o argumento de Bernardi (2010) de que pouco se tem trabalhado para prevenir e erradicar as causas do abandono e da violência estruturais, de modo a fortalecer as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes.

Pode-se pensar que, por não legitimarem os diferentes arranjos familiares, os profissionais realizam suas práticas com o objetivo de modificar aquelas famílias em “famílias ideais”. Esse processo revela como as representações, de fato, guiam as práticas profissionais. Entretanto, torna-se necessário e urgente refletir sobre essas representações e sobre as consequências dessas práticas no contexto da assistência social.

Uma das dificuldades apresentadas pelos profissionais com relação aos trabalhos de assistência, diz respeito à falta de articulação entre as redes de apoio da comunidade, como por exemplo, o CRAS e o CREAS, que deveriam atuar junto à equipe psicossocial e jurídica do fórum, proporcionando maior suporte às famílias, assim como

às crianças institucionalizadas. Bernardi (2010) aponta para a importância de se desenvolver um trabalho articulado com a rede de serviços da comunidade, no sentido de permitir ao abrigo fazer, deste período de vida da criança e do adolescente, uma passagem rumo à sua reinserção comunitária.

O autor assinala ainda que é na prática cotidiana que somos convidados a transpor os recortes disciplinares e integrar nossos conhecimentos numa prática interdisciplinar e intersetorial, capaz de romper com o isolamento institucional e promover ações articuladas em rede para garantir avanços na resolução de casos, na consolidação de políticas públicas, no fortalecimento de ações de defesa e de ampliação de direitos (BERNARDI 2010).

Desta forma, Walsh (2005) aponta para a necessidade de se pensar sobre os processos que possam estimular a resiliência familiar, de modo a fortalecer processos interacionais que permitam às famílias resistir aos desafios desorganizadores da vida e renascer a partir deles. Esta autora apresenta ainda à importância de se pensar as famílias em situação de angústia, não como defeituosas, mas como desafiadas em seu potencial para o reparo e crescimento.

Os profissionais denunciam a omissão e ausência do poder público, no tocante a assistência prestada às famílias, fato que contribui para a situação de vulnerabilidade social na qual vivem. Porém, é interessante destacar que somente após serem questionados acerca do papel do Estado na provisão de assistência às famílias, os discursos dos profissionais passam a culpabilizar o poder público pela situação de vulnerabilidade das famílias.

Ainda sobre o tema família e políticas públicas, Mito (2010) apresenta um ponto de vista crítico com relação ao lugar que a família ocupa, como referência das políticas públicas na atualidade, apontando para a regressão da participação do Estado social na provisão de bem-estar. A autora ainda argumenta, que ao tratar as diferentes concepções sobre família e suas relações com outras esferas da sociedade, nascem diferentes formas de formular e executar as políticas públicas. Isto posto, reafirma-se a necessidade de efetivação das políticas públicas de assistência social às famílias, a partir de avaliações sobre as possibilidades, desafios e problemas referentes aos grupos familiares e às políticas a eles dirigidas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca das representações sociais de família, realizada através deste estudo, foi relevante no que diz respeito a ressaltar a necessidade e importância de uma melhor compreensão das representações sobre a família por parte de quem lida cotidianamente com este grupo em seu contexto de trabalho.

O estudo converge com outras pesquisas já realizadas sobre representação social de família, corroborando a ideia de representação hegemônica, ancorada no modelo nuclear burguês e por vezes desprezando o processo de construção sócio-histórica do objeto social família.

Foi possível perceber como as representações construídas refletem nas práticas dos profissionais para com as famílias que são, na maioria das vezes, culpabilizadas por vários acontecimentos e fenômenos que acometem seus membros. Sem desresponsabilizar os sujeitos, mas no intuito de exercer uma análise mais complexa, devem-se levar em conta os vários determinantes que também contribuem para a existência ou permanência de fenômenos que ocorrem nos contextos familiares, como a pobreza, direitos sociais básicos não contemplados, violência, dentre outros.

Enfatiza-se, por fim, a importância de dar continuidade a novas reflexões com relação a esta temática e a necessidade haver uma melhor preparação de profissionais para que possam lidar com as famílias no sentido de minimizar seus sofrimentos e fortalecer o papel de proteção das mesmas.

### ABSTRACT

The aim of this study was to identify the family's social representation within the network of support and assistance to institutionalized children and teenagers, as well as their families. Five people, members of a multiprofessional team that work with

adoption and protective measure in a town of Paraíba, have participated of this research. The subjects are a judge, a public prosecutor, a social worker, a psychologist and a caregiver and coordinator of the shelter. To collect data, a semi-structured interview was individually applied. Data were analyzed from the proposed analysis of categorical-themed content, which allowed the construction of six categories. The analysis showed the existence of two family representations: one characterized by its conflicts and as the responsible for the children and teenagers' problems; and other described as a harmonious family, without conflicts and problems, rooted in a bourgeois nuclear model. Due to these representations, the professionals' actions are based on the idea of family restructuring, reconciliation and harmonization, which end up not considering the diversity of family arrangements and the underlying structure of each of these. There is a consequent neglect of practices aimed at families, and we identified that there is no structured and coordinated work alongside the other networks. So, we realize a need for compliance and public policies execution to support these families in a social vulnerability situation.

**Keywords:** social representation, family, social assistance.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.) Estudos interdisciplinares de representação social. 2. ed. Goiânia: Ab, 2000.
- ARIÈS, P. Da Família medieval à família moderna. In: \_\_\_\_\_. História social da criança e da família. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BERNARDI, D. C. F. A voz da Criança e do Adolescente como Sujeitos de Direitos. In: \_\_\_\_\_. Cada Caso é um Caso: A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo. 1ª ed. São Paulo, Associação Fazendo História - NECA, 2010.
- \_\_\_\_\_. Famílias em situação de Vulnerabilidade. In: \_\_\_\_\_. Cada Caso é um Caso: A voz de crianças e adolescentes em situação de abrigo. 1ª ed. São Paulo, Associação Fazendo História - NECA, 2010.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242 de 12 de outubro de 1991. 3ª ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2001.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

CARIAGA, M. H. Políticas Sociais: A Família sob o olhar do Estado no Brasil. In: SCHFFER, G.; CARIAGA, M. H.; BURGINSKI, V. M. (org.) Políticas Sociais, Práticas e Sujeitos: prismas da atualidade. 1ª ed. Campinas, SP: Papel social, 2013.

CARNEIRO, T. F.; PONCIANO, E. L. T.; MAGALHÃES, A. S. Família e Casal: da tradição à modernidade. In: CERVENY, C. M. O. (Org.) Família em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI N. M. F. A Constituição da Assistência Social como Política Pública: interrogações à psicologia In: Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FEIJÓ, M. R. Família e Rede Social. In.: CERVENY C. M. O. (org.) Família e.... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de conteúdo. 3ª ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

GALANO, M. H. Família e História: a história da família. In.: CERVENY C. M. O. (org.) Família e.... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEIROS, D. A. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. In: Serviço Social e Sociedade. Rev. quadrimestral de serviço social ano XXIII, n. 71. São Paulo: Cortez, 2002.

JODELET, D. As representações sociais. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

KOLLER, S. H.; ANTONI, C.; CARPENA, M. E. F. Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In: BAPTISTA, M. N; TEODORO, M. L. M. Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs.). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LIRA, P. P. B. Processos de Significação sobre Família em Crianças acolhidas Institucionalmente. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE.

- MIOTO, R. C. T. A Família como Referência nas Políticas Públicas: dilemas e tendências. In.: TRAD, L. A. B. (org.) Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- MOSCOVICI, S. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008.
- RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, M. F. S. A Teoria das Representações Sociais. In.: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (org.) Diálogos com a teoria das representações sociais. 1ªed. Recife: Ed. Universitária da UFPE-Ed. Universitária da UFAL, 2005.
- SANTOS, M. F. S.; OLIVEIRA, L. Família Ideal só em Fotografia? Representações Sociais de Família e Violência. Anais do I Simpósio Nacional de Psicologia Social e do Desenvolvimento, Vitória-ES, 2006.
- SIMIONATO, M. A. W; OLIVEIRA, R. G. Funções e Transformações da Família ao longo da História. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003.
- SLUZKI, C. E. A Rede Social na Prática Sistêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- SOUSA, L.; HESPANHA, P.; RODRIGUES, S.; GRILO, P. Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social. 1ª ed., Lisboa: Climepsi, 2007.
- TEIXEIRA, G. Transtornos Comportamentais na Infância e Adolescência. Rio de Janeiro: Rubio, 2006.
- VALA, Jorge. Representações Sociais e psicologia do conhecimento cotidiano. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (org.). Psicologia Social. 6ª ed., Lisboa: Fundação Colouste Gulbenkian, 2004.
- WALSH, F. Fortalecendo a Resiliência Familiar. São Paulo: Roca, 2005.
- ZOMIGNANI, M. A.; MENESES, S. R. P. Protagonismo Técnico e Trabalho em Rede: Regulamentação da medida protetiva de abrigo em Bertiooga. In.: BERNARDI, D. C. F.; CLEMENTE, M. L.; SCHIAVON, C. S.; SILVEIRA, A. M. (org.) Infância, Juventude e Família na Justiça. Campinas, SP: Papel social, 2012.